

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MATO GROSSO - BRASIL¹.

Euzemar Fatima Lopes Siqueira²
Onélia Carmem Rossetto³
Sebastião Ferreira Souza⁴

RESUMO: O Estado de Mato Grosso possuía, em 2010, cerca de 3.035.122 habitantes, dos quais 552.321 residiam em áreas rurais (IBGE, 2010). São os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária; enfim, trabalhadores de áreas urbanas e rurais com acesso ou não à posse da terra. No imaginário coletivo da sociedade brasileira e mato-grossense, o campo ficou caracterizado como um espaço prosaico atrasado, sem probabilidade futura, fadado a acabar, dando lugar à modernização associada ao urbano. Como correlato, o retrato que se tem dos estudantes que vivem no campo é de uma parcela de pessoas com defasagem idade/ano escolar em virtude do ingresso tardio, das frequentes reprovações e interrupção dos estudos para a utilização da mão de obra nos trabalhos de produção familiar. Contestando esse fato, traduzido em estereótipos negativos, o campo é um lugar de vida, cultura, trabalho e obstinação, com uma organização com a intenção de se ter um projeto de desenvolvimento que contemple a justiça social equalizada para dos que vivem no e do campo. Diante do quadro descrito, o objetivo do presente artigo é discorrer sobre as Políticas Públicas para a Educação do Campo no Estado de Mato Grosso, demonstrando como a formação inicial e continuada para os educadores e educadoras se tornam uma estratégia para a consolidação e aprimoramento do processo de reforma agrária.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação do Campo; Camponeses; Reforma Agrária.

¹ Temática pesquisada no âmbito do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/ Departamento de Geografia/UFMT.

² Autora da Dissertação *Políticas Públicas Educacionais para a População do Campo e a Inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustível – PNB: Interfaces e Controvérsias* (PPGEO/UFMT/2011) que forneceu o texto base para o artigo. Pesquisadora do GECA/UFMT. Docente da Rede Pública de Ensino. euzemar.siqueira@seduc.mt.gov.br

³ Docente do PPGEO/UFMT/Departamento de Geografia/ Pesquisadora do GECA/UFMT. carmemrossetto@gmail.com

⁴ Docente da Rede Pública de Ensino. sebastião@seduc.mt.gov.br

RESUMEN: El Estado de Mato Grosso, en 2010, tenía alrededor de 3.035.122 habitantes de los cuales 552.321 vivían en las zonas rurales (IBGE, 2010). ¿Son los pueblos indígenas, cimarrones, comunidades ribereñas, tradicionales, pobladores de la reforma agraria, los trabajadores finalmente las zonas urbanas y rurales con o sin tenencia de la tierra disponible. En el imaginario colectivo de la sociedad brasileña y de campo Mato Grosso se caracterizó por ser un espacio prosaico tardío, no hay futuro más probable es condenado a terminar para dar paso a la modernización asociado con la ciudad. Como correlato, la imagen que tiene los estudiantes que viven en el campo es una parte de la gente con la edad lag / año escolar debido a la entrada tardía, los frecuentes fracasos y la interrupción de los estudios para la utilización de mano de obra en los trabajos de producción familiar. Discutiendo este hecho traduce en estereotipos negativos, el campo es un lugar de vida, la cultura, el trabajo y la obstinación con una organización con la intención de tener un proyecto d desarrollo que se ocupa de la justicia social empató para los vivos y en el campo. Dado el contexto descrito, el objetivo de este artículo es discutir las Políticas Públicas para la Educación Rural en el Estado de Mato Grosso, lo que demuestra cómo la formación inicial y permanente de los docentes se convierte en una estrategia para la consolidación y la mejora del proceso de reforma agrária.

Palabras-clave: Política Pública; Educación Rural; Campesinos; Reforma Agrária.

Introdução

Um dos conceitos para o termo campesinato é o de ser considerado como um modo de vida, cuja lógica não é a do capitalismo, haja vista que demonstra flexibilidade de adaptação com a finalidade de recriar seus hábitos cotidianos utilizando elementos como o apoio e a ajuda mútua que se encontram nas famílias e, externo a estas, nos demais membros das comunidades camponesas. A referida classe caracteriza-se pela capacidade de encontrar múltiplas soluções para problemas como ausência de recursos financeiros para se manter e superar as crises, assim, nas palavras de Shanin (2008) o campesinato é um modo de vida que pode dar origem a uma classe social.

Fernandes (2004) elucida que o campesinato, no contexto capitalista, passa pela lógica da destruição e recriação, assim, a territorialização do capital causa a desterritorialização do campesinato e vice-versa. A recriação/re-territorialização dos camponeses se dá pela resistência, pelas lutas via movimentos sociais. Historicamente

observa-se que, desde as décadas de 1970 e 80, houve um aumento nas unidades familiares na área rural. Sobre esta situação, Oliveira (1997) afirma que a agricultura familiar teve rápida expansão por todo o país, no entanto, está longe ainda de implantar o domínio dessa forma de produzir no campo. Mais do que isso, a sua expressão abriu possibilidades concretas para a recriação do trabalho familiar camponês. Em décadas posteriores, os assentados da reforma agrária compuseram novos números, proporcionando um aumento significativo na quantidade de famílias retornando às atividades no campo.

Diante desse quadro, criam-se novas demandas por educação no espaço rural. No Brasil, a educação formal é um direito público subjetivo, sob a responsabilidade do Estado em todos os seus níveis e modalidades de ensino. Historicamente as escolas do campo são vistas como um apêndice para as escolas urbanas e na visão do poder público, as instituições de ensino localizadas na zona rural tenderiam a desaparecer, pois o campo se tornaria mecanizado e sua população seria reduzida. Desta forma, não haveria a necessidade de se trabalhar com a especificidade do campo, pois os povos que ali habitavam diminuiriam gradativamente (ARROYO, 1999).

Contrariando tal tendência, constata-se que o Estado de Mato Grosso possuía, em 2010, cerca de 3.035.122 habitantes dos quais 552.321 residiam em áreas rurais (IBGE, 2010). São os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária; enfim, trabalhadores de áreas urbanas e rurais com acesso ou não à posse da terra. No imaginário coletivo da sociedade brasileira e mato-grossense o campo ficou caracterizado como um espaço prosaico atrasado, sem probabilidade futura, fadado a acabar, dando lugar à modernização associada ao urbano. Como correlato, o retrato que se tem dos estudantes que vivem no campo é de uma parcela de pessoas com defasagem idade/ano escolar em virtude do ingresso tardio, das frequentes reprovações e interrupção dos estudos para a utilização da mão de obra nos trabalhos de produção familiar. Contestando esse fato, traduzido em estereótipos negativos, o campo é um lugar de vida, cultura, trabalho e obstinação, com uma organização com a intenção de se ter um projeto de desenvolvimento que contemple a justiça social equalizada para os que vivem no e do campo.

Diante do quadro descrito, o objetivo do presente artigo é discorrer sobre as Políticas Públicas para a Educação do Campo no Estado de Mato Grosso, demonstrando como a formação inicial e continuada para os educadores e educadoras se tornam uma estratégia para a consolidação das políticas públicas direcionadas ao espaço rural. O

texto tece considerações a partir de dois eixos. No primeiro aborda as Políticas Públicas para a Educação do Campo no Brasil e, no segundo momento, busca demonstrar como se organiza a Educação do Campo no Estado de Mato Grosso, enfatizando os processos organizacionais e apontando uma agenda que denota alguns desafios e recomendações para a efetivação da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso.

2 - As Políticas Públicas no contexto da Educação do Campo

As Políticas Públicas são implementadas via processos e podem ser influenciadas pela sociedade civil, que utiliza diversas estratégias, tais como: negociações, pressões, mobilizações, alianças de interesses comuns, organizando-se em movimentos sociais, ONGs, fóruns, comitês, entre outros. Dessa forma, as políticas públicas são compostas de diretrizes e princípios que orientam as ações do poder público por meio de regras e procedimentos que normatizam as relações entre a sociedade e o Estado. Usualmente são apresentadas em forma de documentos oficiais, como leis, programas e linhas de financiamentos, que norteiam as ações que implicam em aplicação de recursos públicos. Assim, nas palavras de Teixeira (2002), as políticas públicas revelam no processo de elaboração e implementação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão e a repartição de custos e benefícios sociais.

Segundo o autor, é importante distinguir “políticas públicas” de “políticas governamentais”, pois nem sempre políticas governamentais são políticas públicas, ainda que sejam estatais, pois para serem “públicas” é necessário verificar a quem se destinam as ações, resultados e benefícios. Da mesma forma, deve-se considerar o processo de preparação, levando em conta se este foi submetido ao debate público, com a presença ativa da sociedade civil nas questões de mérito geral. Para este autor, as políticas públicas têm por finalidade responder às demandas, principalmente as dos considerados “menos favorecidos”, visando ampliar a efetividade dos direitos da cidadania, os quais foram reconhecidos institucionalmente pela mobilização e pressão social.

Existem políticas que objetivam promover o desenvolvimento criando mecanismos e alternativas de geração de emprego de forma compensatória, resultados de outras políticas de caráter estratégico. Há políticas cujo objetivo é o de regular os

conflitos existentes entre os diversos atores sociais, que muitas vezes têm os mesmos interesses, mas trazem divergências entre si, necessitando meios que garantam a mediação. Assim, os objetivos destas vêm carregados de referenciais valorativos e revelam as opções e visões dos que controlam o poder e que usam estratégias para legitimar seu interesse, mesmo que para isso precisem contemplar algumas demandas dos movimentos sociais, dependendo da sua mobilização de organização e negociação.

A Educação do Campo, no âmbito nacional, é um direito social conquistado através dos movimentos sociais, cujo principal objetivo é fortalecer a permanência do homem no campo. Estes movimentos resultaram na realização de duas Conferências Nacionais para discutir uma educação que atenda à especificidade da realidade do campo, surgindo diversas ações, dentre as quais a aprovação do Parecer nº 36/02, que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, pois as políticas públicas no Brasil, destinadas à população que vive nas áreas rurais, dentre estas a educação, sempre foram, de alguma forma, renegadas diante dos espaços de conflitos de interesses e de classes.

Diante destes fatos, estão os sujeitos que ocupam e vivenciam essa realidade. Nos anos 80 do século XX, os movimentos sociais do campo reivindicavam os direitos humanos fundamentais para a vida e reformulações das práticas educativas nas áreas de Reforma Agrária. Segundo Molina (2004), não se pode negar que essa realidade é extremamente contraditória, uma realidade de lutas e de conflitos. Esses sujeitos da educação do campo são sujeitos da resistência do campo e necessitam de uma política pedagógica diferenciada.

Diante da conjuntura estrutural do campo, a luta, a ocupação e a permanência na terra não teriam sentido se não resultassem em ações que transformassem a realidade, e uma das estratégias que daria suporte a este desejo é a proposta de uma educação diferenciada, específica, que valorizasse as culturas locais, o jeito de ser e a territorialidade camponesa. Conforme o documento nacional da *Primeira Conferência Por Uma Educação Básica do Campo* o compromisso desta é com a vida, a luta e com o próprio movimento social do campo, na busca de se construir um espaço em que se possa viver com dignidade, tendo a escola o papel fundamental de auxílio da interpretação dos processos educativos que ocorrem além dos seus muros, contribuindo na inserção de educadores/educadoras e educandos/educandas na transformação da sociedade.

Molina (2004) sugere cuidado para analisar os indicadores da educação do campo, pois existem afirmações de que os piores índices estão nessa área, tanto em relação ao acesso, distorção idade/série, qualidade de ensino, formação docente, adequação de conteúdos, entre outros. Para a autora, todos os problemas do campo são parte do sistema, mas vão além disso,

(...) são partes do modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira. É necessário pensar uma Educação para o campo com essa especificidade, construir uma Educação que seja capaz de quebrar o círculo vicioso que existe no campo, qual seja: as pessoas estudam para sair do campo e saem do campo para estudar. Toda essa precariedade está associada a uma visão do papel do campo na sociedade, que o campo não é lugar de viver, o campo é um lugar de exclusão, um lugar de negação de direitos, espaço principalmente de trabalhadores rurais. O que se quer construir é outra Política Pública que seja capaz de perguntar: É uma Educação que não é só Educação Escolar, que vai ser capaz de trabalhar e de fazer com que esses sujeitos sociais do campo possam mudar a realidade em que vivem? Procurar trabalhar a idéia da educação como formação humana, trabalhar uma pedagogia cuja preocupação seja a formação de novos sujeitos sociais, estes devem entender que essa educação não cabe numa escola, mas envolve a vida como um todo. Isto leva a pensar a realidade do campo. Qual é a realidade dessas pessoas que estão procurando se educar? Qual é a realidade desses sujeitos? (MOLINA, *op. cit.*, p. 105)

De acordo com Andrada e Di Pierro (2004), a existência de preocupações e um marco jurídico adequado não é o suficiente para impulsionar políticas públicas específicas. Assim, o desafio é construir políticas públicas educacionais que superem as práticas dicotômicas e afirmem a produção da vida plena. As populações do campo reivindicam investimentos na educação, focalizados na qualificação humana, social, cultural, ambiental e profissional. Além de uma melhor infraestrutura quanto ao espaço físico e uma proposta curricular diferenciada que atenda as especificidades camponesas.

Em sua trajetória histórica pela ocupação da terra com finalidade de cumprir a sua função social, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) inicia em seus acampamentos e assentamentos experiências diferenciadas para a educação de seus componentes. Desta forma, em 1990 foi criado o setor de Educação do MST, cujo debate principal era o de discutir avanços na elaboração de uma proposta alternativa, centrada na produção e no desafio da participação da escola na construção e produção dos assentamentos (MST, 2005). Assim, segundo Caldart (2011), ao se instituir o Setor de Educação percebe-se que a conquista da terra é muito mais que o acesso a um pedaço de chão para produzir.

Fernandes (2004) explica que as expressões *Educação na Reforma Agrária* e *Educação do Campo* surgem concomitantemente, sendo distintas e complementares, pois a primeira se refere às políticas educacionais que buscam o desenvolvimento dos

assentamentos rurais, se tornando, desta forma, parte da segunda, que é compreendida como um processo em construção, que considera em sua lógica a política e coloca a Educação como elemento essencial para o desenvolvimento do campo.

Assim, para o autor, o campo pode ser visto como território, ou como um setor da economia. Desta maneira, o espaço territorial é mais amplo que o significado setorial, que compreende o campo apenas como um espaço de produção de mercadoria, pois o território é espaço de vida, ou espaço geográfico, que alcança todas as dimensões da existência humana. Assim, o conceito de campo como espaço de vida é “multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural, somente como espaço de produção de mercadorias. A economia não é uma totalidade ela é uma dimensão do território” (FERNANDES, 2004, p. 2).

O I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária ocorreu em julho de 1997 (I ENERA), organizado pelo MST através do setor de Educação, em parceria com o Grupo de Apoio da Reforma Agrária da Universidade de Brasília GT-RA/UnB, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), UNESCO e CNBB. Este foi um marco importante para a Educação do Campo, pois é neste momento que começa a se materializar as ideias pensadas desde a metade da década de 1980, com a criação do Setor de Educação na estrutura organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estiveram presentes no evento professores pesquisadores de mais de vinte instituições de nível superior existentes nos países, que desenvolviam projetos de educação na área de assentamentos da reforma agrária. Essas atividades envolviam diferentes frentes de atuação, tais como, educação de jovens e adultos, formação e capacitação técnica dos trabalhadores rurais, resultado de parcerias voluntárias firmadas entre esses professores e os movimentos sociais, principalmente o MST.

Segundo Molina (2004), surge a necessidade de transformar as ações pontuais, desenvolvidas em parceria entre os movimentos sociais do campo com algumas universidades em alguns Estados da Federação, em ação nacional. Assim, começa uma série de discussões e articulações, datadas de julho de 1997 a abril de 1998, envolvendo as universidades, outros movimentos sociais e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Neste contexto, surgiu a proposta do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O PRONERA visa implementar ações educativas para a população dos acampamentos e assentamentos rurais, cujo objetivo geral é fortalecer a Educação nos Assentamentos de Reforma

Agrária, estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, visando a contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

O PRONERA foi instituído em 16 de abril de 1998 pela Portaria nº 10/98 do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, vinculado ao Gabinete do Ministro, com aprovação do manual de operação. Assim o programa foi incorporado ao INCRA pela Portaria/INCRA nº 837, no ano de 2001, aprovando e editando um novo manual de operação, no ano de 2004. Os objetivos do PRONERA são:

Garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados(as) e/ou assentados(as) nas áreas de Reforma Agrária;
Garantir a escolaridade e a formação de educadores(as) para atuar na promoção da educação nas áreas de Reforma Agrária;
Garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores(as) de jovens e adultos – EJA e do ensino fundamental e médio nas áreas de Reforma Agrária;
Garantir aos assentados(as) escolaridade/formação profissional, técnico profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento;
Organizar, produzir e editar os materiais didático-pedagógicos necessários à execução do programa;
Promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas, em âmbito regional, nacional e internacional, que fortaleçam a Educação do Campo.
(MANUAL DE OPERAÇÃO DO PRONERA, 2004, p. 17)

O Manual de Operação do PRONERA, editado em 2004, destaca que as universidades envolvidas traçaram linhas de ações, dando prioridade ao combate ao analfabetismo de jovens e adultos, sem excluir outras ações alternativas. A razão por essa opção foi o alto índice de analfabetismo e os baixos níveis de escolarização entre os beneficiários da Reforma Agrária.

Com o objetivo de manter a mobilização e fortalecer as reflexões em favor de uma educação que levasse em conta, nos conteúdos e metodologias, as especificidades do campo, no ano de 1998 foi realizada a *I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo*. Este foi um momento coletivo de pensar a educação para a parcela da população que trabalha e vive no e do campo; estabelecendo, desta maneira, uma nova referência de debate e mobilização popular: Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. Ocorrendo, assim, a consolidação da ideia de que o campo é espaço de vida e que é real a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os povos do campo. Além disso, foram denunciados os graves problemas de falta de acesso e da baixa qualidade da educação pública oferecida à população trabalhadora do campo (CALDART, 2005).

Neste encontro trabalhou-se com o texto base *Educação no meio rural: por uma escola do Campo*, que teve como metodologia a discussão nas bases, em seminários regionais, como uma forma de garantir a coletividade necessária para a construção sólida, representada pelos sujeitos que vivem do e no campo. Entre os desafios apresentados, está a necessidade de perceber qual educação é ofertada ao meio rural e qual é a concepção de educação presente na mesma. Ressalta, ainda, que a educação do campo carece ser uma educação específica e diferente, sendo desenvolvida de maneira alternativa, construindo, dessa forma, referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, tendo em vista uma humanidade mais plena e feliz.

O referido texto esclarece que utilizará a expressão “campo”, e não mais o “meio rural”, com a finalidade de incluir, neste processo de construção, a reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês, assim como as lutas sociais e culturais dos grupos que tentam garantir a sobrevivência do trabalho na terra. Levanta, também, o questionamento sobre o destino social do campesinato em nosso país, evidenciando que a educação do campo traz, em si, a preocupação com as lutas sociais e com as definições das políticas públicas, agrícola e agrária para a população camponesa.

Desta forma, o propósito da Educação do Campo é o de conceber uma educação básica do campo, dedicada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos que habitam e trabalham no campo, acatando as diversidades históricas e culturais para que vivam com dignidade. Pois, não basta ter escolas no campo, é necessário, além da infraestrutura física, um projeto pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura dos que moram e vivem da terra.

3- Políticas Públicas para a Educação do Campo no Estado de Mato Grosso

Em consonância com os acontecimentos nacionais, em 2003, o Estado de Mato Grosso, via Conselho Estadual de Educação, aprova o Parecer nº 202-B, que versa sobre a Educação do Campo (homologado pela Resolução nº 126/2003-CEE/CEB/MT) e institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino.

O Estado de Mato Grosso, na década de 1990, desenvolveu uma licenciatura voltada para a população do campo, denominada Pedagogia da Terra, destinada para os movimentos sociais do campo, possuindo uma metodologia específica, que foi ofertada pela UNEMAT, campus de Cáceres (Quadro 1).

Instituição formadora	Cursos	Município	Número de vagas
UNEMAT	Ciências Humanas e Sociais para professores de Escola do Campo	Cáceres	50
UNEMAT	Ciências Humanas e Sociais para professores de Escola do Campo	Juara	50
			100

Quadro 1 – Oferta para a primeira Licenciatura

Fonte: MEC. Plataforma, disponível em <http://www.freire.mec.gov.br>

Organizado por: SIQUEIRA, E.F.L. (2010).

Em parceria com o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC – realizou, em outubro de 2004, o primeiro Seminário Estadual de Educação do Campo, sendo elaborada e aprovada uma Carta de Intenções, com ações a serem desenvolvidas pelo Poder Público, com vistas a divulgar e implementar as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. Uma das primeiras reivindicações foi a instituição de uma Coordenação de Educação do Campo nas Secretarias Municipais e na SEDUC, com o objetivo de elaborar e operacionalizar políticas públicas para o setor.

Em 2005 é instituída, informalmente, uma equipe de Educação do Campo que teve como umas das primeiras ações a realização de um evento em parceria com a UNEMAT, campus de Sinop, denominado *I Seminário do Norte de Mato Grosso sobre a Educação do Campo*, cujo objetivo principal foi a realização de um Fórum Estadual de Educação do Campo, com oficinas temáticas a fim de levantar as linhas políticas e inserir um capítulo sobre o tema no Plano Estadual de Educação.

Nos grupos deste seminário foram discutidos os seguintes temas: infraestrutura, transporte escolar, polarização, salas anexas, merenda escolar; a sustentabilidade da vida no campo; a escola como espaço social; o currículo da educação do campo e as modalidades de oferta de ensino; formação, qualificação e plano de carreira dos profissionais da educação do campo; oferta de formação técnica e qualificação profissional.

O Plano Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso foi homologado pela Lei nº 8806/2008 da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e destinou o capítulo 11 (onze) para a Educação do Campo, com os seguintes objetivos: universalizar a oferta da educação básica no campo; garantir infraestrutura adequada para o acesso e a permanência dos alunos no campo; construir com as comunidades escolares locais uma proposta pedagógica voltada à realidade, superando a fragmentação do currículo e respeitando as diferentes metodologias que consideram os sujeitos com suas histórias e vivências e as legislações que regem os sistemas de ensino; diversificar a oferta de

cursos nas escolas do campo; melhorar a gestão nas escolas do campo; proporcionar formação específica para os profissionais da educação do campo; melhorar as condições de trabalho e perspectivas das educadoras e educadores que atuam nas escolas do campo; garantir espaços de debate para o fortalecimento da política de educação no campo; oportunizar ações pedagógicas diretamente relacionadas à realidade cotidiana do campo, com resultados práticos de melhoria da qualidade de vida e, por fim, promover a pesquisa como meio de fortalecimento da educação do campo.

No capítulo referente à educação profissional, a Meta 4 coloca como prioridade “assegurar acesso e permanência dos jovens e adultos em cursos de Educação Profissional e Tecnológica, visando atingir em 100% da procura em 10 anos. As possibilidades e, mais que isso, as exigências apontadas pela legislação educacional brasileira, aliadas a uma proposta de educação que coloca na agenda pública de um governo democrático popular, a diversidade, a inclusão e a cidadania, fortalecem a importância e a necessidade de uma política de Estado para as populações do campo, e, em cada um desses objetivos, foram definidas metas de trabalho, a serem concretizadas nos próximos 10 anos.

A Carta de Mato Grosso foi elaborada durante a realização do I Seminário Nacional da Educação do Campo, que ocorreu no Estado de Mato Grosso no ano de 2006, trazendo as linhas políticas para a Educação do Campo, na qual foi assumido o compromisso por todos os Secretários de Educação do país, que, em linhas gerais, traz a estratégia para efetivação da Educação do Campo e reafirma algumas preocupações já demonstradas na Carta de 2004, tais como: financiamento, infraestrutura, formação inicial e continuada dos profissionais da Educação do Campo, recomendando a realização, anual de um seminário nacional sobre a Educação do Campo, com o objetivo de aprofundar os debates, socializar as experiências e avaliar as políticas implementadas.

A partir do seminário mato-grossense, realizado em 2004, foi constituído o Comitê Estadual de Gestão de Educação do Campo com representação de movimentos sociais do campo, sindicatos, entidades, órgãos e governo, para propor, acompanhar e fiscalizar as políticas de fortalecimento da Educação do Campo e a operacionalização da Carta de Mato Grosso por meio do mapeamento das demandas específicas do Estado e dos Municípios, da socialização das experiências institucionais governamentais (governo/universidades) e não governamentais (movimentos sociais/sindicatos) para a

consolidação de políticas públicas de uma Educação do Campo inclusiva e de qualidade.

O Comitê Estadual de Gestão de Educação do Campo, dentro do processo de construção da Educação do Campo em Mato Grosso, teve um papel primordial nas suas contribuições, principalmente naquelas pertinentes ao capítulo da Educação do Campo no Plano Estadual de Educação, documento homologado pela Lei nº 8.806/2008. O referido Comitê atualmente recebe a denominação de Comitê Institucional Permanente da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso (CIPEC), sendo instituído através da Portaria nº 145/2006 da SEDUC, publicada no Diário Oficial de 07 de junho de 2006, com os seguintes objetivos: discutir, propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas de Educação do Campo em Mato Grosso.

A Gerência de Educação do Campo teve suas atividades iniciadas no final de 2005 ganhando, desta forma, viabilidade dentro da Secretaria de Estado de Educação e, atendendo ao indicativo da Carta de Mato Grosso, recomendou a constituição de uma equipe para gerenciar as ações voltadas para a especificidade das escolas do campo. Desta forma, apresentaremos as ações que foram desenvolvidas no decorrer deste período.

No ano de 2006 realizou-se o *I Seminário de Formação de Educadores e Educadoras do Campo*, trazendo para o cerne das discussões os princípios que norteiam a Educação do Campo, tendo a representação de dois professores por escola e abordando temas que dessem sustentação neste iniciar da caminhada, tais como: a Economia Solidária, o desenvolvimento sustentável e a territorialidade, reflexão sobre Currículo e Educação do Campo, assim como temáticas para o (re)significado da aprendizagem e da vida do campo. Estas discussões e pressupostos foram registrados na obra *Novas Perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso – Contextos e Concepções: (re)significando a aprendizagem e a vida*, sendo utilizado como um dos primeiros subsídios para as escolas do campo no Estado de Mato Grosso.

A Gerência de Educação do Campo (GEEC), vinculada à Coordenadoria de Modalidades Especiais/Superintendência de Educação Básica da SEDUC-MT, foi oficialmente instituída através do Decreto nº 09, de 10 de janeiro de 2007, cumprindo as recomendações da Carta de Mato Grosso e se tornando um referencial para o atendimento das demandas estaduais para a Educação do Campo. Durante a vivência no campo de pesquisa constatou-se a continuidade das ações, por meio do *II Formação de Educadores e Educadoras do Campo no Estado de Mato Grosso*, realizado no ano de

2007, discutindo as experiências que contemplavam as especificidades do campo, como a *Pedagogia da Alternância*, nos municípios de Terra Nova, Ribeirão Cascalheira e Querência, com o intuito de demonstrar que a forma de atendimento pode ser organizada de diversas maneiras, mas que o resultado é satisfatório, uma vez que o educando consegue desenvolver sua autonomia e levar seus conhecimentos teóricos para a prática junto à comunidade.

Como já vimos, o Governo Federal lança Programas como forma de subsidiar, apoiar e implementar a Educação do Campo no país. Assim, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso assinou a adesão aos Programas Federais para a Educação do Campo. Observa-se que, através desses programas, se busca uma forma de fortalecer a Educação do Campo no Estado, uma vez que as mesmas trazem em seu bojo metodologias, organizações curriculares, além de inserirem/garantirem as pessoas no contexto da educação formal com qualificação e formação profissional, como é o caso do PROJOVEM e PROEJA.

No bojo dessas ações, a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC – elaborou um documento denominado de Orientações Curriculares, cujo objetivo é o de promover o diálogo nas unidades escolares sobre a prática docente, levando a reflexões sobre quais conteúdos os educandos necessitam apreender em cada área do conhecimento, pois, segundo as orientações curriculares, tal organização pressupõe uma ação política de caráter epistemológico, que leva em consideração a idéia de que o currículo é uma produção e resulta de uma construção mediada no contexto das relações.

Dentro da organização das diretrizes curriculares foi definido um capítulo para a Educação do Campo, o qual dá indicativo de alguns pontos importantes: eixos norteadores, metodologia, projeto político pedagógico, gestão democrática e formação dos educadores das escolas do campo. Assim, foram definidos eixos norteadores, que deverão ser trabalhados de forma integrada, própria aos educandos, para que aprendam com a compreensão e a prática da educação como processo. Observa-se que, com a implementação das diretrizes curriculares, a realidade do campo é valorizada, entretanto, é necessário ir além, constituindo material didático que expresse a valorização da cultura das raízes camponesas, assim como, o processo de ocupação da terra, muitas vezes obscuro nos livros didáticos. Com a implementação das diretrizes curriculares, houve a valorização da realidade do campo (Quadro 2).

a	Terra e trabalho
b	Os povos do Campo: suas identidades, suas lutas e sua organização;
c	O desenvolvimento sustentável;
d	A construção da cidadania

Quadro 2 – Eixos norteadores para a Educação do Campo
Fonte: SEDUC-MT/ORIENTAÇÕES CURRICULARES, 2010

A partir destes encaminhamentos e por meio de termos de convênio entre o MEC e a SEDUC MT, implementou-se diversos cursos com metodologias específicas em vários municípios do estado, onde destacam-se:

- O Programa Escola Ativa, que é uma estratégia metodológica para atender as classes multisseriadas, servindo de base para o atendimento de crianças dos anos iniciais, em consonância com os princípios das Diretrizes Operacionais do Campo;

- O Projovem Campo – Saberes da Terra que tem por objetivo oportunizar aos jovens de 18 a 29 anos educação formal na modalidade de Educação de Jovens e Adultos agricultores e a qualificação social e profissional;

- O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com a finalidade de integrar a Educação Profissional à Educação Básica, destinando-se aos estudantes do Ensino Médio na faixa etária de 15 a 17 anos;

- O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, que se destina aos alunos do Ensino Médio na modalidade da EJA na faixa etária de acima de 17 anos, possuindo uma metodologia voltada à especificidade da EJA, tendo o trabalho como princípio educativo.

Estes programas buscam fortalecer a Educação do Campo no Estado, uma vez que os mesmos trazem em seu bojo metodologias e organizações curriculares específicas, além de possibilitar aos moradores do campo o acesso à educação formal, com qualificação e formação profissional, como é o caso do PROJOVEM e PROEJA.

Além destes programas federais o Estado busca desenvolver projetos específicos a sua realidade, com o atendimento por meio de salas de extensão e a Educação de Jovens e Adultos. Estes projetos visam também a efetivação do Plano Estadual de Educação e das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. Quanto ao Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares do Campo e, conseqüentemente, às questões metodológicas e curriculares, a partir de discussões com a comunidade escolar, institucionalizou-se o princípio da agroecologia e o princípio da economia solidária, de forma transversal, como conteúdo a ser trabalhado nas escolas do campo.

A partir do reconhecimento dos direitos específicos dos povos do campo pelo poder público, e tendo como norte orientativo as bases legais, surge, no âmbito nacional, uma grande demanda, até então reprimida, de formação inicial para os educadores que vivem no campo. Evidencia-se, também, a necessidade de se ter um atendimento diferenciado para essa formação inicial dos professores que atuam no campo. Assim, a Universidade de Brasília (UnB) é uma das pioneiras a oferecer uma licenciatura específica para educadores do campo, direcionada principalmente para os educadores da Região Centro-Oeste. O Estado de Mato Grosso possui educandos sendo atendidos por esta universidade, através da Licenciatura para a Educação do Campo – LedoC, cuja metodologia adotada é a Pedagogia da Alternância. O atendimento à alunos de Mato Grosso iniciou-se a partir 2006, na turma II, com 07 (sete) licenciandos oriundos do município de Barra do Bugres; na turma III foram atendidos 19 (dezenove) licenciandos, oriundos de diversos municípios mato-grossenses; e a turma VI outros 19 (dezenove) licenciandos, oriundos dos mais diversos municípios do Estado, totalizando 45 professores em formação.

Devido à demanda existente no Estado, foi criado um grupo de trabalho, envolvendo a SEDUC MT, a UNDIME e instituições de nível superior que atuam no Estado, como a UNEMAT, o IFMT e a UFMT. A partir das discussões do grupo foram criados cursos de nível superior em licenciatura plena, voltados para atender às especificidades do Campo. A UNEMAT propõe, então, um curso de Ciências Sociais nos Campus de Cáceres e Juara e um curso de Pedagogia com ênfase na Educação Infantil, no Campus de Sinop, trabalhando nos moldes da LEdoC.

Em 2010 foram abertas as inscrições para a primeira e a segunda licenciaturas, destinadas aos professores da rede pública e ofertadas pelo programa do Governo Federal, PLATAFORMA FREIRE. Os cursos oferecidos são ofertados pela Universidade Aberta do Brasil – UAB e os momentos presenciais são realizados no período de férias de julho e janeiro. Dentre estes, foram ofertados cursos de licenciatura específicos para a Educação do Campo. A primeira turma de licenciatura de Pedagogia do Campo está sendo oferecida pela UNEMAT em SINOP-MT.

O Instituto Federal de Educação Tecnológica – IFMT, oferta um curso de Licenciatura em Pedagogia para os povos do campo, de maneira presencial, no Campus de São Vicente e 02 (duas) especializações em Educação do Campo, sendo uma em Cáceres e a outra em São Vicente, destinada exclusivamente aos professores do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra.

De acordo com a Superintendência de Diversidades Educacionais – SUDE/Coordenação de Educação do Campo, as experiências vivenciadas com profissionais da Educação do campo demonstram que o êxito da implantação e implementação de Políticas Públicas está no modelo de formação dos educadores e educadoras que atuam ou irão atuar na escola do campo. Nesta perspectiva a SEDUC-MT criou, em 2009, o CEFAPRO – Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica. Segundo a Superintendência de Formação, que coordena os trabalhos, foram implantados 15 (quinze) Centros de formação, os quais estão distribuídos estrategicamente em diversas regiões do estado.

São mais de 600 profissionais que atuam como formadores nestes centros, em todo o estado. As formações dão ênfase no currículo e na proposta político-pedagógica, neste caso específico, envolvendo a realidade do campo. Ressalta que, um dos principais objetivos dos CEFAPROS, é a formação continuada para os professores da Rede Pública de Ensino de Mato Grosso. Para a implantação e efetivação das ações há parcerias com as Secretarias Municipais de Educação.

O papel do CEFAPRO é fundamental para a formação continuada nos diferentes municípios: pensar a formação, partindo do chão das escolas e das reais necessidades formativas do conjunto de profissionais que compõem a escola é fundamental e traz uma nova dinâmica para a formação de professores. A articulação com a rede municipal se diferencia de município a município, mas a intencionalidade da SEDUC é que ela aconteça com todos os municípios (SUFPE/SUDE-SEDUC-MT.).

Para a Superintendência de Diversidades Educacionais da SEDUC, na qual está ligada a Coordenação da Educação do Campo, há uma articulação entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e as Secretarias Municipais de Educação – SME, uma vez que a maioria das salas de extensão do Estado funciona em salas de aula das escolas municipais. Nestes casos, o corpo docente atende às duas redes, principalmente no interior do Estado. Este é um aspecto que necessita de cuidados especiais, assim, a SEDUC busca formas de articular junto às SME dos diferentes municípios, alternativas para a solução dos problemas encontrados no campo, principalmente a formação inicial e continuada de professores. As referidas instituições entendem que, do ponto de vista da municipalidade, as prefeituras vivenciam os problemas mais de perto do que o aparato do Estado e, certamente, estreitar o diálogo irá contribuir para as soluções.

Um dos entraves para a formação continuada dos professores do campo é o trabalho lento quanto à implantação das Diretrizes Operacionais do Campo, uma vez que, na prática, trata-se de um processo que vai além da discussão das Diretrizes, do

Currículo e do Projeto Político Pedagógico para as escolas do campo. Outro aspecto é a necessidade de aprofundar na questão do currículo, do PPP, assim como apropriar-se de conceitos teóricos que tratam da Educação do Campo, que, para a maioria das escolas, ainda é uma novidade, pois nelas trabalham muitos professores urbanos que adotam currículos urbanos. Assim, o desafio agora é romper e construir uma proposta pedagógica voltada para a realidade das escolas do campo.

A formação continuada, feita pelo CEFAPRO aos educadores do campo, é realizada pelo projeto “Sala do Professor”, onde estão inclusos os temas gerais e específicos a serem abordados pelo professor formador do CEFAPRO.

Um dos desafios de Mato Grosso no contexto das Políticas Públicas de Formação é garantir condições específicas e indispensáveis para a formação inicial e continuada dos professores do campo. Com vistas a amenizar estas dificuldades a SEDUC, por meio do CEFAPRO, assinou um termo de parceria com as prefeituras, com o objetivo de fazer a formação dos professores que atuam com alfabetização no Programa Escola Atrativa, uma vez que, os professores do campo que atuam na rede estadual são praticamente os mesmos que atuam na rede municipal.

As ações de formação são definidas com base em diagnóstico das escolas localizadas no campo, as quais apontam para necessidade da formação continuada. Tal documento coloca também a necessidade de se desenvolver uma proposta pedagógica emancipadora, libertadora, com base na metodologia de Paulo Freire. Diante do contexto descrito, apontamos alguns desafios e recomendações necessárias para a efetivação da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso:

- Instituir um Sistema Único de Educação ou Gestão Compartilhada entre os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Formação inicial e continuada, para efetivar os princípios e concepções da Educação do Campo no território mato-grossense;
- Criar estratégias em forma de ações, para efetivar os objetivos e metas do Plano Estadual de Educação, no capítulo que trata da Educação do Campo;
- Diagnosticar e mapear a realidade do campo para subsidiar a efetivação das políticas públicas, nas concepções e princípios da Educação do Campo;
- Mapear as necessidades de Formação inicial e continuada dos professores do campo;
- Legitimar a identidade e legalidade das Salas Anexas do Campo, dando condições para a concretização das concepções e princípios em todas as escolas;

- Buscar mecanismos para solidificar a produção didática específica para as escolas do campo.

Na perspectiva dos movimentos sociais do campo, a educação é imprescindível para que ocorra efetivamente a formação intelectual e política de homens e mulheres, pois reconhecem que a luta pela terra não se dá somente pela posse desta. A educação é importante para a conservação e preservação do meio ambiente, para a construção do posicionamento crítico em relação ao agronegócio e para exercer o controle social de forma a garantir melhoria da qualidade de vida de todos que vivem da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Mato Grosso vem avançando nas leis voltadas para a especificidade da educação do campo, especialmente no que se refere à homologação de leis com propostas que vão além da resolução nacional em relação à garantia de direitos do segmento Educação do Campo. Dessa forma, aprovou um capítulo referente à Educação do Campo em seu plano Estadual, homologado pela Lei nº 8.006/2008 da Assembléia Legislativa, que institui oficialmente o Comitê Institucional Permanente da Educação do Campo, englobando num mesmo espaço os movimentos sociais e os órgãos governamentais envolvidos com a educação e a questão da terra. Instituiu a Gerência da Educação do Campo e criou a Superintendência da Diversidade Educacional, valorizando e estimulando a aplicação de recursos públicos estaduais destinados às diversidades. Por meio de convênios aderiu aos programas voltados para a Educação do Campo, tais como, Escola Ativa, Pro jovem e Brasil Profissionalizado.

Quanto à formação inicial, as universidades do Estado começam a se mobilizar para darem conta deste atendimento específico, sendo que algumas já ofertam cursos de especialização e cursos de pedagogia específicos. Apesar das dificuldades e carências, o Estado possui, atualmente, alunos sendo atendidos pela UnB, que oferece curso para atender as especificidades do campo com metodologias diferenciadas. A institucionalização da Educação do Campo como parte da Superintendência da Diversidade Educacional, responde à necessidade de se dar maior visibilidade à diversidade na educação, demanda existente, porém reprimida.

Diante dos inúmeros desafios apresentados para a educação do campo em sua implementação e consolidação efetiva, um dos mais significativos é a formação inicial e continuada dos docentes, pois, somente através desta poderá se ter uma real

transformação. Considerando a realidade e as especificidades que, atualmente, permeiam a educação do campo e que dificultam a consolidação das políticas de formação para este segmento, entendemos ser de extrema importância as parcerias entre as esferas administrativas visando a implementação de cursos de graduação e especialização para professores e professoras enfrentarem os desafios da educação do campo no século XXI.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. A Construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária. In: ANDRADA, Márcia Regina *et al.* **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva**. São Paulo: Editora Ação Educativa, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Prefácio. In: KOLLING, Edgar Jorge; MOLINA, Monica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação Básica**. Brasília: Ed. Peres, 1999.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: **Cadernos Temáticos: Educação do Campo**. Paraná. Secretaria de Estado de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba-PR: SEED, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretriz de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2004.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível em: www.geografia.fflch.usp.br. Acessado em 17 de julho de 2010.

_____. Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo de Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

_____. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: Espaço e Território como Categoria Essenciais**. Botucatu-SP: UNESP, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf. Acessado 05 de Setembro de 2009.

_____. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org.). **Por uma educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

SIQUEIRA, E. F. L.; ROSSETTO O. C.; SOUZA, S. F. Políticas públicas para a educação do campo em Mato Grosso - Brasil

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mt&tema=sinopse_censodemog2010. Acesso em 05/03/2013.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação do Campo no Estado de Mato Grosso**. Cuiabá-MT: SEDUC, 2010. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br>. Acessado em 24 de Agosto de 2010.

MOLINA, Monica Castagna. Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos. In: Fórum Estadual Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso. **Anais Enejas**. São Paulo: Suplegraf, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA-MST. Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001. **Caderno de Educação nº 13. Edição Especial**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RECK, Jair. A Consciência Política dos Cooperados do MST: **O caso da COOPAC – Campo Verde**. Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: UNICAMP, 2003.

_____. A Consciência Política dos Cooperados do MST: **O caso da COOPAC – Campo Verde**. Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: UNICAMP, 2005.

_____. (Org.). **Novas perspectivas para a educação do campo, contexto e concepções: (re)significando a aprendizagem e a vida**. Cuiabá-MT: Defanti, 2007.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

SIQUEIRA, E. F. L.; ROSSETTO, Onélia Carmem. As Políticas Públicas no Contexto da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso. In: **I Seminário de Pesquisa em Educação do Campo: desafios teóricos e práticos**. Londrina-SC: UFSC, 2009. Disponível em: <http://www.seminarioeducampo.ced.ufsc.br>. Acessado em 15 de Novembro de 2010.

TEIXEIRA, Eleonardo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2>. Acessado em 25 de Setembro de 2009.